

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IBATÉ****FORO DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000829-51.2017.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Bradesco Auto/re Companhia de Seguros**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Trata-se de ação de ressarcimento de danos materiais fundada em direito de regresso, ajuizada pela seguradora **Bradesco Auto/re Companhia de Seguros** contra concessionária de energia elétrica, **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, buscando a condenação ao pagamento de R\$ 3.219,18, equivalente à quantia recebida pelo segurado em decorrência dos danos elétricos provenientes da prestação de serviços da requerida, com incidência de juros moratórios de 1% ao mês desde a citação e correção monetária desde o desembolso, além de despesas processuais e honorários advocatícios.

A requerida apresentou contestação (fls. 32/66), sustentando, preliminarmente, ausência de documento essencial à propositura da ação (tais como fatura de consumo, comprovante de pagamento do sinistro e apólice); falta de interesse de agir diante da ausência de solicitação na via administrativa e, no mérito, pleiteou a improcedência do pedido inicial, a inaplicabilidade do CDC e requereu produção de prova pericial nos aparelhos.

Réplica oferecida (fls. 110/120).

Instadas as partes a especificarem provas, manifestou-se a ré pela realização de perícia nos aparelhos em discussão.

É o relatório.**Fundamento e deciso.**

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC e dispense a realização de perícia uma vez que as provas documentais que constam dos autos são suficientes a embasar a convicção. Isso porque, ficou demonstrada a prestação do serviço de energia elétrica pela requerida e, como será melhor abordado, a responsabilidade é objetiva. Além disso, não é viável exigir que a requerente mantenha em seu poder, até a presente data, os equipamentos danificados, quando já indenizou o segurado após a avaliação técnica pertinente.

Inicialmente, a preliminar de inépcia arguida pela requerida não merece acolhida. Com efeito, a petição inicial apresentou relato inteligível, rendendo ensejo a substancial defesa da requerida e não padece de vício de natureza formal.

Ademais, não se pode afirmar que faltaram os documentos indispensáveis à propositura da ação, seja porque todos os fatos alegados foram demonstrados, principalmente a comprovação do pagamento ao segurado (fls. 19), seja porque não há dispositivo legal que condicione o ajuizamento da ação de ressarcimento a determinado documento.

Afasto, também, a preliminar de falta de interesse de agir diante da ausência de solicitação na via administrativa. O fato da concessionária disponibilizar procedimentos administrativos para averiguação de danos não impede o acesso ao Judiciário sem que se passe por essa etapa, em razão do princípio constitucional da inafastabilidade (artigo 5º, XXXV).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido é procedente.

Cabe à concessionária prestadora do serviço responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou terceiros, conforme artigo 25 da lei 8.987/95 e artigo 37, §6º, da Constituição Federal.

É o caso, também, de se aplicar o Código de Defesa do Consumidor que estabelece como direito básico a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral (artigo 6º, X).

O fato da requerente ser uma seguradora não afasta a aplicação da norma consumerista, na medida em que ela se sub-rogou nos direitos do consumidor e tornou-se vítima do evento. Nesse sentido, a jurisprudência:

Processo (REsp 1085178 / RS) 2008/0191126-2 Relator(a): Ministro MARCO BUZZI (1149) Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA Ementa: DIREITO CIVIL - **AÇÃO DE REGRESSO PROPOSTA POR SEGURADORA COM FUNDAMENTO EM SUB-ROGAÇÃO LEGAL DECORRENTE DE FURTO DE VEÍCULO SEGURADO EM ESTACIONAMENTO - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DESPROVIMENTO DE RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA RÉ. INSURGÊNCIA DA EMPRESA ADMINISTRADORA DO ESTACIONAMENTO.**

1. Não viola o art. 535 do CPC aresto que enfrenta todos os aspectos essenciais à resolução da lide, sendo desnecessário ao julgador enfrentar todas as alegações deduzidas pelas partes, sobretudo quando motivada a decisão em fundamentação suficiente ao bom deslinde das matérias controvertidas.

2. Incide o Código de Defesa do Consumidor na relação entre a seguradora - que se sub-rogou nos direitos da segurada - e a sociedade empresária administradora de estacionamento, local do furto de veículo segurado. Precedentes do STJ.

3. Revela-se indubitável o direito da seguradora de demandar o ressarcimento dos danos sofridos pelo segurado depois de realizada a cobertura do sinistro. Nesse caso, a seguradora sub-roga-se nos direitos anteriormente titularizados pelo segurado, nos exatos termos dos artigos 349 e 786 do Código Civil e da súmula 188/STF. Precedentes do STJ: REsp 976.531/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe de 08/03/2010; REsp 303.776/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 25/06/2001; AgRg no REsp 1169418/RJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 14/02/2014; AgRg no REsp 1121435/SP, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe de 29/03/2012; REsp 177.975/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 13/12/1999; REsp 982492/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 17/10/2011.

4. Partindo-se da orientação preconizada na Súmula 130/STJ, segundo a qual "a empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento", conclui-se, pela logicidade do sistema jurídico, que a seguradora, após realizar o adimplemento do prêmio securitário pode, pela sub-rogação legal e contratual, pleitear, junto a empresa que explora o estacionamento, o ressarcimento das despesas do seguro.

5. Recurso especial improvido.

Consigno, a prestação do serviço é fato incontroverso. Sendo assim, a responsabilidade da empresa requerida, como fornecedora de serviço, é objetiva, prescindindo da comprovação da culpa em relação aos danos causados (artigo 14 do CDC).

Nessa toada, basta a falha na prestação dos serviços para que haja o dever de ressarcimento, o que ficou comprovado nos autos.

Dessa forma, não merece prosperar a alegação de que fortes chuvas e raios são considerados caso fortuito, pois são eventos previsíveis, que obrigam a requerida a minimizar ou afastar os seus efeitos, na medida em que fazem parte do risco da sua atividade. Na verdade, é



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

irrelevante para o deslinde do feito se a variação na distribuição de energia elétrica ocorreu por questões internas à rede de distribuição ou por descarga elétrica natural.

Assim, entendo que ficou claramente demonstrado o nexo causal entre a falha na prestação do serviço pela requerida e os danos suportados pelo segurado e, por conseguinte, pela requerente. Isso porque, a requerente apresentou laudo técnico conclusivo (fls. 20/22 e 26/27), elaborado por terceiro especializado, que atestou a ocorrência de danos nos aparelhos e apontou como causa a oscilação na rede de energia. A requerida, por sua vez, não foi capaz de desconstituir referida prova ou de provar a regularidade da prestação de seus serviços.

A relação jurídica da requerente com o segurado foi demonstrada pelos documentos de fls. 16/18, que evidenciam a cobertura do seguro para danos elétricos. Ademais, há prova do pagamento pela seguradora (fls. 19), sem qualquer impugnação pela requerida.

Por tais motivos, a procedência do pedido inicial é medida de rigor.

Ante todo o exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido e condeno a requerida a pagar à requerente, em regresso, o valor de R\$ 3.219,18, com incidência de juros moratórios de 1% ao mês desde a citação e correção monetária desde o desembolso, conforme tabela prática do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, além de despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 20% sobre o valor da condenação. Em consequência, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Interposta apelação, viabilize-se contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 21 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**